

O ESTUDO DO RELEVO NO RECONHECIMENTO DAS ÁREAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO - RS

FUJIMOTO, N. S. V. M.¹;

¹Prof^a. Dr^a. do Departamento de Geografia - IGEO/UFRGS

nina.fujimoto@ufrgs.br

MULLER, C. B.²

²Doutoranda em Antropologia Social - IFCH/UFRGS

revla@terra.com.br

WEIMER, R. A.³

³Mestrando em Antropologia Social - IFCH/UFRGS

rodrigow@plug-in.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da Geografia e mais especificamente do estudo dos compartimentos de relevo na elaboração do relatório técnico sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto. A área da comunidade de Morro Alto estende-se entre os limites políticos-administrativos dos municípios de Osório e Maquiné, localizados no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O relatório da comunidade foi realizado por um grupo de pesquisadores através de estudos e levantamentos históricos, antropológicos e geográficos necessários ao cumprimento do disposto constitucional que garante a demarcação e titulação das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo. Com base em relatos da história oral e documental, a equipe reconstruiu a ocupação histórica da comunidade e suas relações com a área ocupada. A contribuição do conhecimento geográfico teve abrangência ampla, atendendo demandas do grupo, tais como: na análise de documentos cartográficos; na interpretações de toponímias e/ou conceitos geográficos emitidos em relatos da história oral; na elaboração da base cartográfica e de mapas temáticos e, na delimitação da área pleiteada pela comunidade de Morro Alto. O estudo do relevo compreendeu a identificação e mapeamento dos principais tipos e formas de relevo, uma caracterização das potencialidades dos compartimentos de relevo identificados frente as atividades econômicas predominantes na região e uma análise das alterações ambientais diante dos tipos de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais identificados na área de estudo. Os resultados indicaram que as áreas transferidas para os negros através de testamentos, bem como as áreas em que os negros puderam permanecer por aquisição ou concessão, são aquelas que situam-se nas Planícies Lagunares com Cordões Arenosos (campos de dunas), nas Planície Lagunares (banhados) e nas Formas em Morros (unidades de vertentes com altas declividades). Esta situação proporciona uma limitação nas possibilidades de uso econômico da terra pelas famílias negras, consequentemente uma renda inferior para os ocupantes dessas áreas. Por outro lado, parte significativa das terras perdidas pela comunidade através de diversos processos de expropriação correspondem as áreas situadas em formas de Planícies Lagunares e Fluviais Deltaicas, ou seja, áreas de maior potencial agrícola, logo maior valorização econômica. São essas terras pelas quais a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar. Constata-se também que o conjunto de problemas ambientais apresentados na área da comunidade de Morro Alto reflete uma profunda exclusão social e econômica no âmbito local da comunidade negra.

Palavras-chave: região de Morro Alto, remanescentes de quilombo, exclusão social.

INTRODUÇÃO

A demarcação e titulação das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo foi garantida no Estado brasileiro com a Constituição Federal de 1988. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT dispõe que: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Segundo as disposições institucionais são considerados remanescentes de comunidades de quilombos aquelas populações que guardem vínculo histórico e social com antigas

comunidades formadas por escravos e ex-escravos, que lograram manter-se livres durante a vigência das leis escravistas do país. Para tanto, o reconhecimento, a identificação e a delimitação das áreas pelos interessados no direito de propriedade deve, além das características étnicas e raciais, apresentar um histórico de ocupação e elementos comprobatórios de vínculo para legitimar a sua titulação definitiva. Nesse sentido, desenvolver pesquisas sobre comunidades negras que pleiteiem o status de *remanescente de quilombos* implica confluência de múltiplos campos de saberes.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da Geografia e mais especificamente do estudo dos compartimentos de relevo na elaboração do relatório técnico sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro. A área da comunidade de Morro Alto estende-se entre os limites políticos-administrativos dos municípios de Osório e Maquiné, localizados no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A contribuição mais específica da Geografia centrou-se na análise das características do meio físico e das alterações ambientais diante dos tipos de apropriação da natureza (uso do solo) pelos diferentes grupos sociais identificados na área de estudo. Essa análise foi realizada a partir da identificação das formas de relevo. A análise realizada de unidades do meio físico com base nas formas de relevo, compreende um estudo que engloba as diversas relações entre os componentes da natureza. Esse estudo integrado dos elementos da natureza proporciona uma avaliação da dinâmica da paisagem natural e, desse modo, possibilita construir referências as quais permitam identificar modificações na dinâmica diante do uso e da apropriação do território pelas atividades humanas.

METODOLOGIA

Com base em relatos da história oral e documental, a equipe reconstruiu a ocupação histórica da comunidade e suas relações com a área ocupada. A contribuição do conhecimento geográfico teve abrangência ampla, atendendo demandas do grupo, tais como: na análise de documentos cartográficos; na interpretações de toponímias e/ou conceitos geográficos emitidos em relatos da história oral; na elaboração da base cartográfica e de mapas temáticos e, na delimitação da área pleiteada pela comunidade de Morro Alto. O estudo do relevo compreendeu a identificação e mapeamento dos principais tipos e formas de relevo, uma caracterização das potencialidades dos compartimentos de relevo identificados frente as atividades econômicas predominantes na região e uma

análise das alterações ambientais diante dos tipos de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais identificados na área de estudo.

As atividades de pesquisa tiveram início a partir na busca de dados que compreende o levantamento bibliográfico sobre estudos realizados na área de estudo (pesquisas geológicas, geomorfológicas, de usos da terra, entre outros), bem como da documentação cartográfica referentes aos município de Maquiné e Osório. Inclui-se, neste etapa, a aquisição de fotografias aéreas da área de estudo e a digitalização da base cartográfica, em escala 1:50.000, a partir das cartas topográficas do Serviço Geográfico do Exército.

O passo seguinte refere-se a fotointerpretação das fotografias aéreas na escala de 1:60.000, resultando no mapa de unidades do meio físico (compartimentos de relevo). A interpretação de todo o material adquirido e elaborado prepara os trabalhos de campo, que tem como objetivo: checar a fotointerpretação, observar e analisar as diferentes feições do relevo e sua relação com o uso do solo e realizar entrevistas com a comunidade local.

A elaboração do mapa e da análise final é o resultado da síntese das interpretações a partir das etapas anteriores. O mapa de unidades do meio físico representa, desta forma, as diferentes unidades de relevo contendo informações sobre a morfologia, morfometria, litologia, morfogênese, entre outras. Tais informações possibilitam, relacionadas às observações de campo, as entrevistas e à bibliografia consultada, indicar as potencialidades do meio físico e as alterações ambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constituição Histórica da Comunidade de Morro Alto

O território por onde se estende a comunidade de Morro Alto corresponde, de forma abrangente, à extensão das fazendas do Morro Alto e de Aguapés, pertencentes às famílias Marques da Rosa e Osório Marques ao longo do século XIX. A apropriação destas terras por tais famílias se deu por meios diversos, como a aquisição, concessão de datas limítrofes entre si e ainda a extensão por meio de posse e ocupação, legalizada através da lei de terras de 1850. Constituía a espacialidade das fazendas diversas casas grandes, senzalas, engenhos e atafonas, onde se davam as atividades produtivas das fazendas, dentre as quais podemos citar o plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar e a criação de gado.

Estas atividades – e também as lides domésticas, reservadas a negros de confiança – eram realizadas com base no trabalho escravo, de forma que, em paralelo à apropriação de terras por parte das famílias senhoriais, as mesmas eram ocupadas produtivamente por

numerosos cativos que possuíam as especialidades de campeiros, lavradores e domésticos. A população, que atualmente pertence à comunidade, possui vínculos de descendência com estes escravos e, além disso, os aponta como referenciais de ancestralidade através dos quais são estabelecidas sua identidade étnica, sua pertença comunitária e seu direito ao território em questão.

As leis anti-escravistas da segunda metade do século modificaram gradualmente a dinâmica das fazendas em questão. Se o fim do tráfico negreiro dificultou o abastecimento de braços cativos, intensificaram-se os vínculos familiares da população escrava no interior da fazenda. Na medida em que ia ocorrendo a decadência do regime escravista na região, as famílias Marques da Rosa e Osório Marques foram redirecionando seus interesses econômicos para outras regiões. As fazendas do Morro Alto e de Aguapés foram relegadas a um segundo plano.

Contudo, no pós-abolição do regime escravista, se as famílias senhoriais foram progressivamente abandonando a região, as famílias negras ali permaneceram sob diversas formas. Em alguns casos, os ex-senhores foram se desfazendo de suas propriedades ali – seja através da doação de terras para famílias de ex-escravos (da qual o testamento de Rosa Osório Marques é um exemplo eloqüente), ou de vendas para os mesmos. Algumas famílias receberam terras em pagamento por trabalho gratuito fornecido no pós-abolição, ou mesmo passaram a tomar conta de terras abandonadas pelos senhores. De qualquer forma, é importante destacar que a permanência na região destas famílias expressa uma forma de resistência – a resistência através da permanência.

Das aquisições realizadas pelas famílias que ali permaneceram, a maioria não recebeu uma garantia legal de suas propriedades. Muitas não possuíam documentos legais que garantissem sua presença, sendo comum a mera emissão de recibos sem o devido registro no cartório de imóveis. Mesmo aqueles que tinham sua presença teoricamente salvaguardada através de um documento legal – o testamento de Rosa Osório Marques – não foram respeitados, chegando, em alguns casos, a ter que comprar terras que já lhes pertenciam.

Sendo assim, o campesinato negro que se formou na região depois da abolição da escravidão esteve muito vulnerável à invasão e perda de suas terras para brancos que ali se estabeleceram à sua revelia. A partir da década de 1950, quando ocorreu a abertura da rodovia federal, as terras da região do Morro Alto voltaram a ser valorizadas economicamente, e os moradores sofreram intenso processo de perda de terras.

Diante dos processos de expropriação de terras que marcam a comunidade na segunda metade do século XX, ocorreram processos de mobilização reivindicando a reforma agrária e também batalhas judiciais visando recuperar terras perdidas. Por fim, na atualidade, os moradores do Morro Alto, organizados em uma associação que recebeu o nome de Rosa Osório Marques, visam manter as terras possuídas e recuperar terras perdidas através da luta pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, nos termos da Constituição Federal.

Análise das Potencialidades e das Alterações Ambientais na Área Ocupada pela Comunidade de Morro Alto e Arredores

A área de comunidade de Morro Alto e arredores está situada dentro de uma área reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Além disso, o município localiza-se numa área de encontro de diferentes formações vegetais (Floresta Atlântica, Floresta Araucária, Floresta estacional Semidecidual). A intensa atividade humana nestes ecossistemas acarretaram a destruição de grande parte da vegetação original.

Em decorrência do processo de ocupação, os estabelecimentos agrícolas estão distribuídos ao longo de vários tipos e formas de relevo, podendo ocupar desde o divisores de águas no topo dos morros até a beira dos rios, lagoas e demais áreas planas. A distribuição espacial das propriedades agrícolas não possuem um acesso uniforme aos diferentes tipos e formas de relevo, apresentando vantagens e desvantagens em relação ao potencial de uso da terra para fim agropastoril. Essa situação pode ser atribuída, em grande parte, a diversidade encontrada nos ecossistemas locais em função, basicamente, da diversidade de condições geomorfopedológicas da região. Esta característica pode explicar, ainda que parcialmente, as diferenças encontradas entre as propriedades agrícolas localizadas nos diferentes unidades morfológicas em relação ao uso da terra e, conseqüentemente, em relação a renda obtida e as condições de vida das famílias dos agricultores.

De modo geral, as propriedades que ocupam as áreas referentes a Unidade do Planalto Basáltico (representado por morros e colinas), na área de estudo, possuem cobertura vegetal do tipo Floresta Ombrófila Densa e vegetação secundária. Essas parcelas cultivam algumas culturas anuais como o milho e o feijão e utilizam também o cultivo da

banana, do abacaxi e das pastagens naturais. Nas encostas dos morros são realizadas, por vezes, atividades de extração de produtos florestais (palmito, samambaia-preta, etc).

As propriedades que ocupam a Unidade de Planície de Terras Baixas Costeiras, na área de estudo, possuem cobertura vegetal de mata galeria bastante devastada ao longo dos cursos d'água e pequenas áreas de florestas de terras baixas preservadas, além da vegetação típica de áreas alagadas (banhados). As principais atividades dessa região são a pecuária de corte, o gado leiteiro, o plantio da mandioca, a pesca e, em menor escala, a olericultura, as hortaliças e o plantio de arroz irrigado.

Embora toda a Unidade de Planície Costeira apresente-se basicamente como uma área plana com solos bastante arenosos, pode-se fazer uma diferenciação com relação ao uso da terra dentro das formas de relevo identificadas na área de estudo. As Planícies Lagunares com Cordões Arenosos, devido sua formação deposicional eólica, possuem solos incipientes em sua formação, com teores de umidade muito baixos. Estas características dificultam o cultivo de determinados produtos que requerem solos com relativa qualidade agrícola. Neste caso, observa-se que esse compartimento é utilizado praticamente para a criação de pecuária de corte, gado leiteiro e pequenas roças de mandioca e de milho, além da extração de areia para uso comercial. Enquanto que nas Planícies Lagunares e Fluviais/Deltáicas é possível o cultivo de hortaliças, de legumes e de arroz irrigado.

A partir dos estudos históricos e trabalhos de campo pode-se constatar que as áreas transferidas para os negros através de testamentos, bem como as áreas em que os negros puderam permanecer por aquisição ou concessão, são aquelas que situam-se nas Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e nas Formas em Morros. Esta situação proporciona uma limitação nas possibilidades de uso econômico da terra pelas famílias negras, conseqüentemente uma renda inferior para os ocupantes dessas áreas.

Por outro lado, parte significativa das terras perdidas pela comunidade através de diversos processos de expropriação correspondem as áreas situadas em formas de Planícies Lagunares e Fluviais Deltáicas, ou seja, áreas de maior potencial agrícola, logo maior valorização econômica. São essas terras pelas quais a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar.

Principais Alterações Ambientais

A análise das alterações ambientais foi realizada mediante a identificação das principais atividades humanas, são elas:

Degradação da Cobertura Vegetal: a atividade extrativista de espécies nativas de uso ornamental (samambaia, orquídeas, bromeláceas e xaxins), desenvolvida por pequenos agricultores familiares locais e dos arredores, promove uma exploração excessiva deste recurso florestal. Essas práticas são uma decorrência de um longo processo de empobrecimento de uma parte significativa dos pequenos agricultores familiares locais que, para agravar a situação, são confrontados pela ação de alguns atravessadores que dominam o comércio da samambaia-preta.

Contaminação das Águas Superficiais: segundo levantamentos feitos em vários pontos de captação de águas do rio Maquiné, foram encontrados níveis de contaminação por metais pesados significativos (GERHARDT *et al*, 2000). Tal contaminação é decorrente do intensivo manejo das áreas de várzeas existentes ao longo do rio Maquiné, principalmente pela produção de hortigranjeiros e pela orizicultura. Além desses efeitos de contaminação das águas, a eliminação da vegetação na beira dos rios e o uso inadequado do solo, contribuem para o agravamento dos fenômenos de erosão e assoreamento dos rios e lagoas. Além disso, compromete significativamente a atividade pesqueira.

Retirada da Cobertura Vegetal e Alterações na Morfologia Original: a presença de pedreiras e de empresas de extração de areia nas localidades de Morro Alto e Ribeirão promovem a retirada da cobertura vegetal nativa e alteram a morfologia original dos morros e das planícies. Uma vez que as terras ocupadas pela comunidade não são as de melhor potencial na prática da agricultura, muitas pessoas tiram sustento das pedreiras, seja arrendando-as a terceiros, seja trabalhando diretamente nelas. Muitas pessoas da comunidade participaram da retirada da cobertura vegetal para iniciar a extração de pedras porém, o domínio sobre as pedreiras foi perdido para as famílias brancas na maior parte dos casos, restando à comunidade empregar-se como assalariados nas mesmas.

CONCLUSÕES

A grande contribuição do estudo do relevo foi demonstrar que parte significativa das terras perdidas pela comunidade negra, através de diversos processos de expropriação, correspondem as áreas com maior potencialidade agrícola, isto é, maior valorização

econômico e que são essas terras que a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar. Essa análise reflete um aspecto da profunda exclusão social da comunidade negra, aquela evidenciada nas relação do grupo com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, D. M.; CHAGAS, M. F.; FERNANDES, M. B.; FUJIMOTO, N. S. V. M.; MOREIRA, P. S.; MÜLLER, C. B.; VIANNA, M. e WEIMER, R. A. **Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade, Territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERHARDT, C.H.; TRIAN, L.C.; GUTERREZ, L.M.; MAGALHÃES, R.G.; FERREIRA, L. O. & MIGUEL, L.A. **Caracterização do Meio Rural do Município de Maquiné – RS: Subsídios para um Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, Associação Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Prefeitura de Maquiné, 2000.